	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


“CORREÇÃO DA E.R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”

ILHA DE S. MIGUEL - AÇORES

COMPILAÇÃO TÉCNICA DA OBRA

Fase de Projeto		Fase de Execução	
Elaboração ⁽¹⁾	Aprovação ⁽²⁾	Desenvolvimento/atualização ⁽³⁾	Acompanhamento ⁽⁴⁾
RED:	RFO:	RSE:	RFO:
CSP:	RDO:	DTE:	CSO:
Data:	Data:	Data:	Data:

⁽¹⁾ Responsável pela elaboração da CT (RED) e Coordenador de Segurança e Saúde na fase de projecto (CSP) ou o seu representante; ⁽²⁾ Responsável da Fiscalização da Obra (RFO) e Representante do Dono da Obra (RDO); ⁽³⁾ Responsável da Entidade Executante/Adjudicatário a que se refere a cláusula 6.1.9 do caderno de encargos (RSE) e Director Técnico da Empreitada (DTE); ⁽⁴⁾ Responsável da Fiscalização da Obra (RFO) e Coordenador de Segurança e Saúde na fase de obra (CSO) ou o seu representante.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	--

PROMULGAÇÃO

A presente Compilação Técnica (CT) respeita à obra da Câmara Municipal de Ponta Delgada (Dono da Obra) designada por **“Correção da E.R. 9-2ª no Portal do Vento” – Ilha de S. Miguel - Açores**, e destina-se a ser actualizada e complementada desde logo a partir da data da consignação da empreitada ou, se for o caso, na data da primeira consignação parcial.

Esta CT, que faz parte integrante do caderno de encargos da empreitada, estabelece as regras/especificações a observar durante a fase de execução dos trabalhos, pretendendo-se com a implementação do preconizado a adoção de soluções técnicas durante a execução que tenham em conta as intervenções posteriores à conclusão da obra, nomeadamente para a futura conservação / manutenção do produto construído, de forma a eliminar ou reduzir o risco de ocorrência de acidentes e doenças profissionais nessas intervenções.

Compete à Entidade Executante/Adjudicatário, no âmbito das suas obrigações e competências, manter esta CT permanentemente actualizada e implementá-la desde o início da execução dos trabalhos até à receção provisória da empreitada ou, se for o caso, até à última receção provisória parcial, devendo a Entidade Executante/Adjudicatário devolvê-lo ao Dono da Obra, através da Fiscalização, com toda a documentação nela requerida.


São destinatários do presente documento: o Coordenador de Segurança da Obra, a Fiscalização e a Entidade Executante/Adjudicatário, nas pessoas dos seus representantes para esta empreitada.

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá controlar, registar e manter permanentemente actualizada a ficha de distribuição da CT utilizando para o efeito modelo idêntico ao modelo S01 apresentado no anexo 1 do Plano de Segurança e Saúde, anexando essas fichas no anexo 2 do presente documento. É proibida a distribuição desta CT a entidades externas não intervenientes na presente empreitada, salvo autorização expressa por escrito para o efeito do representante do Dono da Obra.

O Representante do Dono da Obra

Ass:


_____ de _____ de 201__

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

1 - INTRODUÇÃO.....	4
1.1 - Organização da CT	5
1.2 - Adaptação/Complemento da CT.....	6
1.3 - Identificação dos Arquivos.....	7
1.4 - Alterações à CT.....	8
1.5 - Entrega da Compilação Técnica.....	9
1.6 - Controlo de Assinaturas e Rubricas	10
2 - MEMÓRIA DESCRITIVA.....	11
2.1 - Objetivos deste documento	11
2.2 - Ficha de realização da obra	12
2.3 - Regulamentação Aplicável	12
3 - CARACTERIZAÇÃO DA OBRA.....	22
3.1 - Descrição Sumária da Obra.....	22
3.2 - Projeto "Como Construído".....	30
3.3 - Condicionais Existentes no Local e Envolvente.....	31
3.4 - Caracterização Sumária do Terreno.....	31
3.5 - Livro de Registo da Obra.....	32
3.6 - Materiais aplicados com Riscos Especiais e Medidas Preventivas.....	34
3.7 - Registos de Qualidade.....	35
3.8 - Registos da Segurança e Saúde no Trabalho.....	36
4 - AÇÕES PARA A PREVENÇÃO DE RISCOS.....	37
4.1 - Plano de Monitorização Periódica.....	37
4.2 - Identificação e Controlo de Equipamentos de Apoio.....	40
4.3 - Registo de Não Conformidades e Ações Corretivas / Preventivas.....	41
4.4 - Formação e Informação de Pessoal designado pelo Dono da Obra.....	43
4.5 - Registo de Acidentes de Trabalho.....	43
4.6 - Plano de Emergência e Evacuação.....	45
4.7 - Plano de Acesso e Sinalização Temporária.....	45
4.8 - Conservação / Manutenção da Sinalização Permanente.....	46
4.9 - Plano de Conservação / Manutenção da Rede de Drenagem.....	46
4.10 - Plano de Conservação / Manutenção do Pavimento.....	47

APÊNDICE

ANEXOS (VER LISTA NO INÍCIO DOS ANEXOS)

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	--

1- INTRODUÇÃO


A presente Compilação Técnica (CT) respeita à obra de **“Correção da E.R. 9-2ª no Portal do Vento” – Ilha de S. Miguel - Açores** tendo sido preparado atendendo ao estipulado nos números 1 e 2 do Artigo 16º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, devendo conter todos os elementos relevantes em matéria de segurança e saúde tendo em vista as intervenções posteriores à conclusão da obra.

Na fase de concepção, os autores do projeto e o coordenador do projeto em matéria de segurança e saúde (adiante designado abreviadamente por Coordenador de Segurança no Projeto – CSP) procuraram adotar soluções arquitetónicas, técnicas e organizativas com vista a eliminar ou reduzir os riscos nas intervenções posteriores à conclusão da obra nomeadamente para a futura conservação/manutenção da obra.

Pretende-se que a Entidade Executante/Adjudicatário, no âmbito das suas obrigações e competências, tenha também em conta tais riscos, avaliando-os e determinando as respetivas medidas preventivas a implementar durante a fase de execução. Deve assim privilegiar o emprego de materiais que não ofereçam riscos durante a fase de utilização/exploração da obra, caso contrário deverá registar tais situações e as medidas a ter em atenção nessa fase.

Deverá também considerar todas as situações da obra que tenham que ser objeto de manutenção e/ou conservação periódica, adoptando ou propondo soluções técnicas alternativas e medidas preventivas para se proceder a essas ações de conservação/manutenção, sem risco ou com risco reduzido, nessas intervenções necessárias durante a vida útil da obra. Deverá em particular, ter em atenção estas situações sempre que sejam introduzidas alterações ao projecto da obra, quer por determinação do dono da obra ou seu representante, quer por iniciativa da própria Entidade Executante/Adjudicatário/Adjudicatário, nomeadamente, tratando-se de variantes ao projecto.

Neste último caso (variantes ao projecto apresentadas pela Entidade Executante/Adjudicatário), competirá à Entidade Executante/Adjudicatário cumprir e fazer cumprir pelos seus subcontratados todas as obrigações legais decorrentes dessa situação,

	<p align="center"> “CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO” ILHA DE S. MIGUEL AÇORES </p>
--	---

nomeadamente, quer quanto às obrigações atribuídas aos autores dos projetos quer em matéria de coordenação de segurança e saúde durante a elaboração desse projeto variante.

No caso de equipamentos a incorporar na obra, com ou sem especificações técnicas definidas no projecto da obra, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá ter em atenção especial no que atrás se referiu.

Em todos estes casos, deverá a Entidade Executante/Adjudicatário manter permanentemente informado o coordenador da obra em matéria de segurança e saúde (adiante designado abreviadamente Coordenador de Segurança da Obra - CSO) e a Fiscalização, obtendo as necessárias autorizações.

Tratando-se de intervenções durante um longo período (vida útil da obra), esta Compilação Técnica deverá também incluir um conjunto de informação que será útil em qualquer momento posterior à conclusão da obra, constituindo assim também um documento que conterá a “história” da obra, permitindo prever e prevenir os riscos associados à sua utilização e às intervenções que venham a ser necessárias.


Ao dono da obra compete-lhe posteriormente manter e actualizar a CT durante toda a vida útil dessa obra, nomeando para o efeito uma pessoa ou serviço que ficará responsável por esta CT. Sempre que a “propriedade” da obra seja transferida para outrem ou outra entidade, os documentos de transferência (ou contratos) de “propriedade” deverão conter uma cláusula relativa à entrega da Compilação Técnica para o novo “proprietário”.

Sempre que se faça referência à Entidade Executante/Adjudicatário, à Fiscalização ou a qualquer destes Coordenadores de Segurança, pretende-se significar os respectivos representantes para a presente empreitada.

Salvo, os casos expressamente indicados, os prazos estabelecidos em dias neste documento referem-se a dias úteis.

1.1 - Organização da CT

A presente CT é constituída por um Documento Base e por um Apêndice que inclui um conjunto de anexos. O documento base corresponde à presente CT iniciada na fase de projeto e apresentada

	<p align="center"> “CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO” ILHA DE S. MIGUEL AÇORES </p>
--	---

no processo de concurso pelo dono da obra. O apêndice deverá ser elaborado e mantido permanentemente actualizado pela Entidade Executante/Adjudicatário de acordo com o que se especifica adiante.

O presente documento base está organizado em quatro partes: Introdução; Memória Descritiva; Caracterização da Obra; Ações para a Prevenção de Riscos. Inclui também um conjunto de modelos referidos ao longo desta CT e que se apresentam no anexo 1 deste documento que a Entidade Executante/Adjudicatário poderá utilizar como referência para o desenvolvimento dos seus próprios modelos, os quais deverão ter no mínimo a informação contida nos que são aqui apresentados incluindo as posições para assinaturas para demonstração das acções implementadas.


A referência em qualquer momento durante a execução da empreitada à CT, deve sempre entender-se como significando este documento base com todas as alterações, adaptações/complementos e registos integrados até esse momento no Apêndice.

Independentemente da inclusão desta CT na fase de concurso, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá apresentar a declaração modelo S04 incluída no anexo 1 do Plano de Segurança e Saúde (PSS) com as necessárias adaptações ao presente documento, integrando-a no anexo 2.

1.2 - Adaptação/Complemento da CT

Esta CT foi elaborada de forma a ter um carácter dinâmico e evolutivo durante a execução dos trabalhos da empreitada, devendo integrar os projectos, planos e registos de todas as medidas do âmbito da segurança e saúde que tenham influência nas intervenções posteriores à conclusão da obra, nomeadamente, quanto às intervenções de conservação/manutenção.

Assim, todas as adaptações/complementos devem considerar a inclusão/integração dos elementos preparados nos prazos estabelecidos. As adaptações/complementos serão sempre feitas atendendo aos processos construtivos e métodos de trabalho utilizados na execução dos trabalhos pela Entidade Executante/Adjudicatário, aos condicionalismos existentes, à

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	--

organização do Estaleiro e ao planeamento da obra. Os documentos a integrar deverão estar redigidos em língua portuguesa ou ser acompanhados de tradução legalizada.

Para a integração dos elementos que constituem as adaptações/complementos da Compilação Técnica resultante da implementação do preconizado nesta CT, deverá a Entidade Executante/Adjudicatário constituir os anexos referidos no texto com uma numeração sequencial (cuja lista se apresenta no início do Apêndice a esta CT e que poderá e deverá ser complementada com outros anexos a criar durante a execução dos trabalhos) e acrescentar outros que durante a execução da empreitada a Entidade Executante/Adjudicatário, a Fiscalização ou o Coordenador de Segurança da Obra venham a considerar necessários.

A adaptação/complemento da CT consiste assim essencialmente na preparação e integração de projetos, planos e procedimentos referidos neste documento e na realização de registos das ações executadas que no seu conjunto serão incluídos nos anexos e que farão parte integrante da CT.


A manutenção atualizada da documentação da CT é responsabilidade da Entidade Executante/Adjudicatário.

Sempre que o volume de documentos a integrar num dado anexo justifique a criação de um arquivo próprio (dossier), deve a Entidade Executante/Adjudicatário proceder à sua preparação, identificação e organização nos moldes previstos e registar o facto no respectivo anexo.


Todos os arquivos do âmbito da CT deverão permanecer no Estaleiro arrumados de modo organizado em estantes durante toda a fase de construção. Caso seja necessário utilizar documentos noutros locais devem ser efectuadas cópias.

1.3 - Identificação dos Arquivos

As lombadas das pastas de arquivo que sejam criadas no âmbito da CT devem ser de cor diferente da do Plano de Segurança e de Saúde (documento apresentado em separado) e será definida pela Fiscalização por solicitação da Entidade Executante/Adjudicatário e identificar

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	--


objectivamente o seu conteúdo conforme seguidamente se exemplifica, apresentando-se também algumas regras para a identificação de documentos e arquivos.

 <p>Governo Regional dos Açores</p> <p>D.S.E. – S.R.T.O.P.</p> <p>Correção da E. R. 9-2ª no Portal do Vento</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p> <hr/> <p><i>Símbolos e designação do Empreiteiro</i></p> <hr/> <p>Compilação Técnica</p> <hr/> <p>Anexo N.º</p> <p><i>Designação do anexo</i></p>
--

- Todos os documentos que devam ser assinados e/ou datados não poderão ser integrados neste Plano de Segurança e de Saúde sem as correspondentes assinaturas e/ou datas respetivas.
- Todos os projetos, planos, procedimentos e registos deverão referenciar a Entidade Executante/Adjudicatário e a designação da empreitada.
- Cada projeto, plano ou registo pode ser composto por várias páginas, indicando-se o *Número de página/Total de páginas* do documento. Eventuais anexos dos documentos serão objecto do mesmo tipo de paginação.
- Dentro de cada pasta de arquivo os documentos serão organizados de acordo com os sistemas de codificação dos elementos estabelecidos pela Entidade Executante/Adjudicatário e por numeração sequencial no caso dos registos, atendendo às datas da sua realização.
- Em todas as pastas de arquivo ou secção das mesmas os documentos mais recentes são arquivados sobrepondo-se aos mais antigos (números maiores sobre os menores).
- Todos os documentos substituídos serão mantidos em arquivo devendo ser mencionado sobre os mesmos a data da substituição e a referência do documento que os substituiu.
- No início de cada pasta haverá um índice com o conteúdo da pasta. Quando estas forem organizadas por secções estará patente no início da pasta o índice das secções e dentro de cada secção, uma folha para averbamento do seu conteúdo.
- Nas pastas de registos existirá cópia actualizada do Controlo de Assinaturas e Rubricas, onde estarão identificadas todas as pessoas autorizadas a assinar documentos do âmbito do PSS (elementos da Entidade Executante/Adjudicatário e da Fiscalização).

1.4 - Alterações à CT

Qualquer dos intervenientes na execução da obra pode propor à Fiscalização as alterações à presente CT elaborada na fase de Projeto.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	--

O conteúdo da CT elaborada na fase de Projeto (documento base), quando considerado desadequado, pode ser adaptado, sendo para tal obrigatória a identificação dos pontos alterados e a nova descrição, que tem que ser aprovada pela Fiscalização, pelo Coordenador de Segurança da Obra e pelo representante do Dono da Obra.

As propostas de alterações a esta CT deverão ser apresentadas pela Entidade Executante/Adjudicatário no prazo de 11 (onze) dias a contar da data da consignação ou, se for o caso, da data da primeira consignação parcial, utilizando para o efeito o modelo S02 apresentado no anexo 1 do PSS assinalando-se a posição referente à CT.

Compete à Entidade Executante/Adjudicatário elaborar e manter o *Registo das alterações aprovadas*, para o que utilizará o modelo Mod. S03 incluído no anexo 1 do PSS assinalando-se a posição referente à CT.


Após aprovação de nova situação, compete à Entidade Executante/Adjudicatário, assinalar no original da CT em sua posse, as zonas alteradas na margem da página por traço vermelho e inscrição do termo "alterado" e respectiva data e número do *Registo de Alteração*.

A Entidade Executante/Adjudicatário incluirá no Anexo 3, os Registos das propostas de alterações e alterações aprovadas da CT.

1.5 - Entrega da Compilação Técnica

Concluídos todos os trabalhos da empreitada, incluindo os ensaios a realizar, a Entidade Executante/Adjudicatário entregará, no ato da Receção Provisória, à Fiscalização, e esta ao Dono da Obra, a CT organizada nos termos previstos. Este facto será registado no Auto da Receção Provisória, anexando-se declaração, conforme o modelo S05 incluído no anexo 1 do PSS com as necessárias adaptações ao presente documento, devidamente preenchida e assinada por todos os elementos previstos. Deverá ser incluída uma cópia dessa declaração no início da CT.

Caso haja lugar à execução de trabalhos durante o prazo de garantia, a Entidade Executante/Adjudicatário obriga-se a elaborar e promover a integração dos elementos desenvolvidos na CT, sempre que se justifique.

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	--


1.6 - Controlo de Assinaturas e Rubricas

Todos as pessoas com tarefas de preparação, atualização e verificação de projetos, planos e/ou procedimentos, assim como de realização de verificações e respectivos registos, devem ser identificadas no registo de Controlo de Assinaturas e Rubricas, o qual será efetuado pela utilização do modelo S06 incluído no anexo 1 do PSS, em cópia independente da dos registos do PSS.

Esta lista deverá ser preparada no início da empreitada e atualizada sempre que se verifiquem novas atribuições de competências do tipo das referidas, a pessoas que nela ainda não constem.

A Entidade Executante/Adjudicatário é responsável por manter o registo de Controlo de Assinaturas e Rubricas permanentemente atualizado. Os elementos da Fiscalização serão também identificados no referido registo.

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará no anexo 4, o Registo de Controlo de Assinaturas e Rubricas.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---


2 - MEMÓRIA DESCRITIVA

- Objetivos deste documento

A presente *Compilação Técnica* referente à empreitada de construção da **“Correção da E.R. 9-2ª no Portal do Vento” – Ilha de S. Miguel – Açores**, pretende responder ao exigido na legislação em vigor com o objetivo de prevenir os riscos nas intervenções posteriores à conclusão da obra, identificando-se nomeadamente as seguintes intervenções:

- Operações de reparação, manutenção e conservação das vias rodoviárias, incluindo bermas, separadores, etc..;
- Intervenções nos painéis de sinalização rodoviária (pintura, substituição,...);
- Intervenções nos equipamentos de iluminação pública (pintura, substituição de lâmpadas,...);
- Monitorização dos diferentes elementos constituintes da obra de arte (passagem inferior) construída (observação e monitorização da estrutura, células de corrosão,...);
- Intervenções nos elementos constituintes da obra de arte (substituição/reparação de juntas de dilatação, aparelhos de apoio, impermeabilizações, sistema de drenagem, reparação e/ou pintura de guarda-corpos, guardas de segurança, lancis, vigas de bordadura, repavimentação, postes de iluminação pública, painéis informativos,...);
- ...

Em todas estas situações ou outras idênticas, o acesso e a permanência do pessoal dessas intervenções às diferentes partes da obra deverão ser objecto de atenção em todas as fases de realização da obra, adoptando-se as soluções que melhor possam prevenir o risco de acidentes de trabalho nessas intervenções, sem prejuízo da exigência legal de elaboração de um Plano de Segurança e Saúde para a execução desses trabalhos.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

2.2 - Ficha de realização da obra

No decurso da execução da obra, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá enviar à Fiscalização a informação que lhe compete conforme referido na *Ficha de Realização da Obra*, modelo S22 incluído no anexo 1 do presente documento. Tal informação deverá ser enviada no prazo de 5 (cinco) dias após o seu conhecimento pela Entidade Executante/Adjudicatário, e deverá incluir essa informação no anexo 5 assim como as alterações a essa Ficha que venham a ser entregues pela Fiscalização.

2.3 - Regulamentação Aplicável

Nas intervenções posteriores à conclusão da obra de **“Correção da E.R. 9-2ª no Portal do Vento” – Ilha de S. Miguel – Açores**, aplica-se toda a regulamentação de segurança e de saúde que se encontre em vigor, nomeadamente a seguinte:

Diplomas de âmbito geral (Segurança e Saúde no Trabalho)

Dec. Lei nº 341/93 de 14 de Novembro - Aprova a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

Dec. Lei nº 347/93 de 1 de Outubro - Transpõe para o Direito Interno a Diretiva nº 89/656/CEE, de 30 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde para os locais de trabalho.

Port. nº 987/93 de 6 de Outubro - Estabelece as normas técnicas de execução do Dec. Lei nº 347/93, de 1 de Outubro.

Dec. Lei nº 362/93 de 15 de Outubro - Estabelece as regras relativas à informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.


Port. nº 137/94 de 8 de Março - Aprova o modelo de participação de acidentes de trabalho e o mapa de encerramento de processo de acidentes de trabalho.

Lei nº 7/95 de 29 de Março - Ratifica o Dec. Lei nº 26/94 de 1 de Fevereiro.

Portaria n.º 53/96 de 20 de Fevereiro - Alterações à Portaria n.º 1179/95 de 26 de Setembro.

Dec. Lei nº 133 /99 de 21 de Abril - Retifica o Decreto - Lei n.º 441 / 91 de 14 de Novembro, relativo aos princípios de prevenção de riscos profissionais, para assegurar a transposição de algumas regras da diretiva quadro relativa à Segurança e Saúde dos Trabalhadores nos locais de trabalho.

Dec. Lei nº 142/99 de 30 de Abril - Cria o Fundo de Acidentes de Trabalho.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

Dec. Lei nº 159/99 de 11 de Maio - Regulamenta o seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes.

Dec. Lei nº 160/99 de 11 de Maio - Aprova a Lei Orgânica do Centro Nacional de Proteção Contra os Riscos Profissionais.

Lei nº 114/99 de 3 de Agosto - Concretiza o regime de contraordenações laborais.

Lei nº 116/99 de 4 de Agosto - Regime geral das contraordenações laborais.

Lei nº 118/99 de 11 de Agosto - Alterações ao Decreto-Lei n.º 26/94, de 1 de Fevereiro.

Dec. Lei nº 109/2000 de 30 de Junho - Define a organização e funcionamento dos serviços de segurança.

Dec. Lei nº 110/2000 de 30 de Junho - Define o acesso à profissão de técnico de higiene e segurança.

Dec. Reg. nº 6/2001 de 5 de Maio - Aprova a lista de doenças profissionais e respetivo índice codificado.

Lei nº 14/2001 de 4 de Junho - Alterações ao Decreto-Lei n.º 110/2000, de 30 de Junho.

Declaração de Retificação nº 20-F/2001 de 31 de Outubro - Retifica o Decreto-Lei n.º 245/2001, do MTS, que reestrutura o CNHST.


Dec. Legislativo Regional nº 12/2002/A de 11 de Abril - Estabelece as condições de acesso e de exercício das profissões de Técnico Superior de Segurança e Higiene no Trabalho, de Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho, as normas de emissão de certificados de aptidão profissional e as condições de homologação dos respetivos cursos de formação.

Port. nº 467/2002 de 23 de Abril - Regula a instrução de requerimento de autorização de serviços externos ou alteração de autorização, a vistoria prévia e os parâmetros a ter em conta na decisão, de acordo com o regime legal de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2002 de 5 de Maio - Cria um grupo de trabalho para a elaboração dos projetos dos planos de prevenção dos riscos profissionais e combate à sinistralidade, previstos no Acordo sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade, celebrado em 9 de Fevereiro de 2001, entre o Governo e todos os parceiros com assento na Comissão Permanente de Concertação Social.

Port. n.º 1009/2002 de 9 de Agosto - Fixa as taxas de atos relativos à organização ou à avaliação da capacidade de serviços externos de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Port. n.º 1031/2002 de 10 de Agosto - Aprova o modelo de ficha de aptidão, a preencher

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

pelo médico do trabalho face aos resultados do exame de admissão, periódicos ou ocasionais, efetuados aos trabalhadores.

Port. nº 1184/2002 de 29 de Agosto - Aprova o modelo de relatório anual da atividade dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Lei nº 98/2009 de 04 Setembro – Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais (revoga a Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, o Dec. Lei n.º 143/99 de 30 de Abril, o Dec. Lei n.º 248/99 de 2 de Julho).

Lei n.º 102/2009 de 10 Setembro – Revoga o Dec. Lei n.º 441/91, o Dec. Lei n.º 26/94, o Dec. Lei n.º 29/2002 e a Portaria n.º 1179/95 – Regulamenta o regime jurídico da promoção e prevenção da Segurança e da Saúde no Trabalho.

Dec. Lei n.º 24/2012 de 06 de Fevereiro – Consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho.

Diplomas do âmbito do Trabalho na Construção Civil

Dec. Lei nº 41 820 de 11 de Agosto de 1958 - Estabelece a Fiscalização e infrações às normas de segurança para proteção do trabalho nas obras de construção civil.

Dec. Lei nº 41 821 de 11 de Agosto de 1958 - Aprova o Regulamento de segurança no trabalho da construção civil.

Dec. Lei nº 46 427 de 19 de Junho de 1965 - Regulamento das instalações provisórias destinadas ao pessoal empregado nas obras.

Dec. Lei n.º 308/89 de 14 de Setembro - Comete ao CMOPP (agora IMOPPI) competência para fiscalizar a proteção, organização, segurança e sinalização de estaleiros de obras.

Dec. Lei nº 409/71 de Setembro - Estabelece o novo regime jurídico da duração do trabalho – Revoga o Decreto-Lei nº 22500 e o Decreto-Lei nº 24402.


Dec. Lei nº 421/83 de 2 de Dezembro - Revê o regime jurídico da duração do trabalho na sua disciplina específica do trabalho extraordinário.

Dec. Lei nº 65/87 de 6 de Fevereiro - Elimina a obrigatoriedade de aprovação prévia pela administração do trabalho nos mapas de horário de trabalhos.

Port. nº 101/96 de 3 de Abril - Estabelece as regras técnicas de concretização das prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho nos estaleiros.

Lei nº 113/99 de 2 de Agosto - Concretiza o regime de contraordenações laborais.

Port. nº 390/2002 de 11 de Abril - Aprova o regulamento relativo às prescrições mínimas

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

de segurança e saúde em matéria de consumo, disponibilização e venda de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho da administração pública.

Contrato Coletivo de Trabalho Vertical - Aplicável às empresas que se dedicam à atividade da Construção Civil e Obras Públicas.

Dec. lei nº 273/2003 de 29 de Outubro - Procede à revisão regulamentar das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, constante do Decreto-Lei n.º155/95 de 1 de Julho, continuando naturalmente a assegurar a transposição para o direito interno a Diretiva nº 92/57/CEE de 24 de Junho, relativa a prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.

Dec. Lei n.º 12/2004 de 9 de Janeiro - Estabelece o regime jurídico de ingresso e permanência na atividade da construção.

Dec. Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro – Aprova a revisão do Código do Trabalho.

Lei nº 98/2009, de 4 de Setembro – Regulamenta o Regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do art.º 284º do Código de Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009. São revogados a Lei nº 100/97, D.L. 143/99 e o D.L. nº 248/99.

Dec. Lei nº 295/2009, de 13 de Outubro – Altera o Código de Processo de Trabalho.

Lei n.º 53/2011 de 14 de Outubro – Alteração ao Código do Trabalho.

Lei nº 23/2012 de 25 de Junho – Refere as Alterações ao Código de Trabalho.

Diplomas relacionados com Equipamentos de Proteção Individual


Decreto-Lei nº 305/2004, de 29 de Julho - Estabelece as exigências técnicas de segurança a observar pelos equipamentos de proteção individual, de acordo com a Diretiva n.º 89/686/CEE de 25 de Dezembro.

Decreto-Lei n.º 348/93 de 1 de Outubro - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 89/656/CEE de 30 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde na utilização de equipamentos de proteção individual.

Portaria n.º 988/93 de 6 de Outubro - Estabelece a descrição técnica do equipamento de proteção individual, de acordo com o art.º 7º do Decreto-Lei n.º 348/93 de 1 de Outubro.

Portaria n.º 1131/93 de 4 de Novembro - Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual, de acordo com o art.º 2º do Decreto-Lei n.º 128/93 de 22 de Abril.

Portaria n.º 109/96 de 10 de Abril - Altera os Anexos I, II, IV e V da Portaria n.º1131/93

	<p align="center"> “CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO” ILHA DE S. MIGUEL AÇORES </p>
--	---

de 4 de Novembro.

Portaria nº 695/97 de 19 de Agosto - Altera os anexos I e V da Portaria 1131/93 de 4 de Novembro.

Decreto-lei nº 374/98 de 24 de Novembro - Altera os Decretos-Lei n.º 378/93 de 5/11, n.º 128/93 de 22/4, n.º 383/93 de 18/11, n.º 130/92 de 6/6, n.º 117/88 de 12/4 e n.º 113/93 de 10/4, relativos a EPI e marcação CE.

Decreto Regulamentar nº 41/2002 de 20 de Agosto - Altera o Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro.

Diplomas relacionados com Máquinas, Equipamentos e Materiais de Estaleiro

Portaria n.º 879/90 de 20 de Setembro - Estabelece as disposições legais sobre a poluição sonora emitida por diversos equipamentos.

Decreto-Lei n.º 105/91 de 8 de Março - Estabelece o regime de colocação no mercado e utilização de máquinas e material de estaleiro.

Decreto-Lei n.º 273/91 de 7 de Agosto - Aparelhos de elevação e movimentação.

Decreto-Lei n.º 286/91 de 9 de Agosto - Aparelhos de elevação e movimentação.

Portaria 933/91 de 13 de Setembro – Estabelece normas relativas às estruturas de proteção em caso de capotagem (ROPS) das máquinas do estaleiro.


Portaria 934/91 de 13 de Setembro - Estabelece normas relativas às estruturas de proteção contra a queda de objetos (FOPS) - das máquinas do estaleiro.

Decreto-Lei n.º 113/93 de 10 de Abril - Define os procedimentos, a adotar com vista a que os materiais de construção se revelem adequados ao fim a que se destinam.

Decreto-Lei nº 378/93 de 05 de Novembro - “Diretivas relativas à conceção e fabrico de máquinas com vista a eliminar ou diminuir riscos para a saúde e segurança quando utilizados”.

Decreto-Lei n.º 330/93 de 25 de Setembro – Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 90/269/CEE de 29 de Maio relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde na movimentação manual de cargas

Decreto-Lei n.º 331/93 de 25 de Setembro – Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 89/655/CEE de 30 de Novembro relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na utilização de equipamentos de trabalho.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

Decreto-Lei n.º 349/93 de 1 de Outubro – Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 90/270/CEE de 29 de Maio relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor.

Portaria n.º 566/93 de 2 de Junho - Estabelece as exigências essenciais das obras suscetíveis de condicionar as características dos materiais nelas utilizados.

Portaria n.º 989/93 de 6 de Outubro – Regulamenta o Decreto-Lei n.º 349/93 de 1 de Outubro.

Portaria n.º 145/94 de 12 de Março – Regulamenta o Decreto-Lei n.º 378/93 de 5 de Novembro.

Decreto-Lei n.º 214/95 de 18 de Agosto - Estabelece as condições de utilização e comercialização de máquinas usadas visando eliminar riscos para a saúde e segurança dos trabalhadores e de terceiros.

Portaria 172/2000 de 23 de Março – Define a complexidade e características das máquinas usadas que revistam especial perigosidade.

Decreto-Lei 225/2001 de 11 de Agosto – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2000/3/CE, da Comissão, aprovando o Regulamento de Homologação dos Cintos de Segurança e dos Sistemas de Retenção dos Automóveis.

Decreto-Lei 320/2001 de 12 de Dezembro – Requisitos de Segurança para máquinas novas e máquinas usadas importadas de países terceiros à União Europeia.


Portaria nº. 58/2005 – Estabelece as normas relativas às condições de emissão dos certificados de aptidão profissional (CAP) e de homologação dos respetivos cursos de formação profissional, relativos aos perfis profissionais de condutor(a) -manobrador(a) de equipamentos de movimentação de terras e de equipamentos de elevação.

Decreto-Lei nº.50/2005 de 25 de Fevereiro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º. 2001/45/CE, do Parlamento europeu e do Conselho, de 27 de Junho, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho, e revoga o Decreto-Lei n.º 82/99 de 16 de Março.

Diplomas Relacionados com Riscos Elétricos

Port. nº 37/70 de 21 de Janeiro - Aprova as instruções para os primeiros socorros em acidentes produzidos por corrente elétrica.

Dec. Lei nº 740/74 de 26 de Dezembro - Estabelece o regulamento de segurança de instalações de utilização de energia elétrica e de instalações coletivas de edifícios e entradas.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

Dec. Lei nº 303/76 de 26 de Abril - Alterações ao Dec. Lei nº 740/74.

Dec. Reg. nº 90/84 de 26 de Dezembro - Regulamento de segurança de redes de distribuição de energia elétrica de baixa tensão.

Dec. Lei nº 177/88, de 12 de Abril – Equipamento elétrico utilizado entre certos limites de tensão.

Dec. Lei nº 428/95, de 31 de Março – Regulamento de Segurança de subestação e postos de transformação.

Dec. Reg. nº 1/92 de 18 de Fevereiro - Regulamento de segurança de linhas elétricas de alta tensão.

Dec. Lei nº 6/2008, de 10 Janeiro – Relativa à Segurança dos Equipamentos Elétricos destinados à utilização entre certos limites de tensão, revoga o D.L. nº 374/98.

Diplomas relacionados com Ruído

Portaria nº 77/96, de 9 de Março – Estabelece disposições legais sobre poluição sonora emitida por diversas atividades.


Lei nº 113/99, de 3 de Agosto – Desenvolve e concretiza o regime geral das contraordenações laborais.

Dec. Lei nº 76/02 de 26 Mar. - Aprova o “Regulamento das Emissões Sonoras para o Ambiente do Equipamento para Utilização no Exterior”, transpondo para o ordenamento jurídico interno a Diretiva nº 2000/14/CEE (8 de Maio), do Parlamento Europeu e do Conselho.

Dec. Lei nº 182/06, de 26 Nov. – Relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído).

Dec. Lei nº 9/07 de 17 Jan - Aprova o “Regulamento Geral do Ruído”, alterando o Dec. Lei nº 310/02, de 18 Dez. (art.ºs 30º e 32º), altera a Portaria nº 138/05, de 2 Fev. (n.º 1º, 2º e 3º) e revoga o Regime Legal sobre Poluição Sonora aprovado pelo Dec. Lei nº 292/00, de 14 Nov., com as alterações introduzidas pelo Dec. Lei nº 259/02, de 23 de Nov.

Dec. Lei nº 221/2006, de 8 de Novembro – Regras em matéria de emissões sonoras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço de equipamento para utilização no exterior, revoga o D.L. nº 76/2002.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	--

Diplomas Relacionados com a Utilização de Substâncias Químicas

Decreto-Lei nº 275 / 91 de 7 de Agosto - Regulamenta as medidas especiais de prevenção e proteção da saúde dos trabalhadores contra os riscos de exposição a algumas substâncias químicas;

Decreto-Lei nº 290/2001 de 16 de Novembro - Transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva nº 98/24/CE, do Conselho, de 7 de Abril, relativa à proteção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes químicos no trabalho, bem como as Diretivas nº 91/322/CEE, da Comissão, de 29 de Maio e 2000/39/CE, da Comissão, de 8 de Junho, sobre valores limites de exposição profissional a agentes químicos.

Diplomas Relacionados com Descargas e Resíduos na Obra

Dec. Lei nº 88/91, de 23 de Fevereiro - Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº 87/101/CEE do Conselho, de 22 de Dezembro de 1986, relativa à eliminação dos óleos usados.

Portaria n.º 240/92, de 25 de Março - Aprova o regulamento de licenciamento das atividades de recolha, armazenagem, tratamento prévio, regeneração, recuperação, combustão e incineração dos óleos usados.

Dec. Lei nº 310/95, de 20 de Novembro - Regras de gestão de resíduos.

Dec. Lei nº 311/95, de 20 de Novembro - Segurança geral dos produtos.

Dec. Lei nº 239/97, de 9 de Setembro de 1997 - (Mapas de registos de resíduos);

Portaria nº 961, de 10 de Novembro de 1998 - Autorização prévia no caso da empresa proceder a uma operação de gestão de resíduos.

Dec. Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro – Regime Geral da Gestão de Resíduos


Dec. Lei n.º 46/2008, de 12 de Março – Regime das Operações de Gestão de Resíduos resultantes de Obras ou Demolições.

Portaria n.º 417/2008, de 11 de Junho – Modelos das Guias de Acompanhamento do Transporte de RCD.

Proteção Contra Riscos Vários

Decreto-Lei n.º 479/85 de 13 de Março - Fixa as substâncias, agentes e os processos industriais que comportam risco, efetivo ou potencial, para os trabalhadores profissionalmente expostos;

Decreto-Lei nº 274/89 de 21 de Agosto – Estabelece diversas medidas de proteção de

	<p align="center"> “CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO” ILHA DE S. MIGUEL AÇORES </p>
--	---

saúde dos trabalhadores contra o risco de exposição ao chumbo.

Decreto-Lei n.º 330/93 de 25 de Setembro – Relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde na movimentação de cargas.

Decreto-Lei n.º 301/2000 de 18 de Novembro - Regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos, ou mutagénicos, durante o trabalho.

Decreto-Lei n.º 46/2006, de 24 de Fevereiro – Relativo às prescrições mínimas de proteção da segurança e saúde dos trabalhadores em caso de exposição aos riscos devidos a agentes físicos (vibrações).

Diplomas Relacionados com Trabalhadores Estrangeiros

Decreto-Lei n.º 4/2001 de 10 de Janeiro - Estabelece as condições de entrada / permanência / saída e afastamento de estrangeiros do Território Português.

Diplomas Relacionados com Sinalização

Dec. Lei nº 141/95 de 14 de Junho - Transpõe para o direito interno a Diretiva nº 92/58/CEE de 24 de Junho, relativa às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e saúde no trabalho.

Portaria n.º 1456 – A / 95 de 11 de Novembro - Regulamenta o Decreto – Lei n.º 141 / 95 de 14 de Junho.

Dec. Reg. nº 22-A/98 - Aprova o regulamento de sinalização de trânsito.

Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto - Altera o Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto-Lei nº 22-A/98.

Lei n.º 33/2004, de 28 de Julho – Colocação de proteção nas guardas de segurança nas vias de circulação, integradas ou não na rede rodoviária nacional, contemplando a perspetiva de segurança dos veículos de duas rodas.


Normas e Documentos de Harmonização

HD/CEN 1000 de Junho de 1988 - Classifica os andaimes em função das cargas de cálculo das plataformas.

NP EN 10025: 1990 - Estabelece as tensões da rotura e de limite elástico do aço dos elementos estruturais dos andaimes.

NF S 77 - 101 - Define classes e características de óculos de proteção.

NF S 77 - 102 - Define características de filtros para máscara e viseiras.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

NP 1526 - Define as classes e características a que devem obedecer os capacetes de proteção.

NP 1798 - Define os ensaios a que obedecem os capacetes de proteção.

NP 3490 – 1990 – Aparelhos de elevação e movimentação (verificações e ensaios.

NP 4305 - Estabelece para ~ plataforma de madeira as classes de qualidade deste.

NP 193 – Aparelhos pesados de elevação e movimentações, entrada de lista de termos equivalentes.

NP 1939 – Aparelhos de elevação e movimentação, regras de segurança.

EN 338 - Estabelece para as plataformas de madeira importada a classe de resistência.

EN 344 - Define tipos de calçado e exigências.

EN 345 - Respeita a calçado de segurança.

EN 346 - Respeita a calçado de proteção.

EN 347 - Respeita a calçado de trabalho.

EN 352 - 1 - Define características de protetores de ouvidos tipo concha.

EN 352 - 2 - Define características de protetores de ouvidos tipo tampões.

EN 361 - Respeita a ensaios de sistemas de para-quedas.

EN 420 - Define características de luvas.

EN 458: 1993 - Estabelece recomendações para a seleção, uso e manutenção de protetores auriculares.

150 4310:1981. - Estabelece os procedimentos de teste para guas.

150 992 7 - 1:1994 Estabelece os procedimentos de inspeção para guas.

150 / DIS 12485 - Estabelece os requisitos de estabilidade para guas torre.


150 12482 - 1:1995 - Estabelece as condições de monitorização de guas.

150/ DIS 12478 - 1 - Estabelece os requisitos de manutenção das guas.

150 / DIS 12480 - 1 - Estabelece os requisitos para as regras de utilização das guas de forma segura.

150 13200:1995 - Estabelece as regras e princípios gerais da sinalização de segurança a utilizar na movimentação de cargas através de guas.

Código Penal (Artigos 13º a 15º, 277º a 281º referentes às responsabilidades criminais dos intervenientes na construção).

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	--

3- CARACTERIZAÇÃO DA OBRA

Na presente secção da Compilação Técnica inclui-se uma descrição sumária da obra, refere-se a importância da organização do projeto “como construído”, identificam-se condicionalismos existentes e aspectos relevantes relativos à natureza do terreno. Refere-se ainda ao livro de registo de obra, aos materiais incorporados com riscos a ter em conta e inclui-se uma lista não exaustiva de registos da qualidade e da segurança e saúde no trabalho.

Essa informação que deve ser devidamente organizada, constitui uma importante ferramenta para a prevenção de acidentes e doenças profissionais dos trabalhadores intervenientes nos trabalhos de manutenção / conservação do produto construído.

3.1 - Descrição sumária da obra


A empreitada de execução **“Correção da E.R. 9-2ª no Portal do Vento” – Ilha de S. Miguel – Açores**, consiste na execução de trabalhos previstos no projecto tendo em vista a sua execução.

A solução definida e apresentada no estudo consistiu na construção de uma rotunda no lugar da intersecção. Esta rotunda será composta por 4 ramos:

- A poente, um ramo de acesso a um parque de estacionamento;
- A nascente, dois ramos: um ramo de acesso à E.R. 9-2ª (Norte), e um ramo de acesso à E.R. 8-2ª;
- A Sul, um ramo de acesso à E.R. 9-2ª (sul), dado que o troço da E.R. 9-2ª a partir da atual intersecção até pouco depois do Miradouro de Candelária será condicionado pelo projeto de renovação do hotel. Torna-se assim necessário a construção de uma nova via que faça a ligação entre a rotunda e a E.R. 9-2ª Sul.

Traçado

Este traçado permitiu a ligação entre a E.R. 9-2ª, o acesso ao Miradouro da Vista do Rei, o acesso a um parque de estacionamento e à E.R. 8-2ª.

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	--

Atualmente, junto ao Miradouro da Vista do Rei, existe um edificado de um hotel em desuso e em avançado estado de degradação. Existe, contudo, um projeto de requalificação deste hotel. No âmbito desse projeto, ficou definido que o troço da E.R. 9-2ª, da atual intersecção até ao Miradouro da Vista do Rei, seria exclusivo à circulação de peões e de carros elétricos.

Ficou ainda definido que, o restante troço da E.R. 9-2ª (do lado Sul) será exclusivo para uso de utentes do hotel.

Dado os condicionamentos na circulação impostos pelo projeto do hotel, tornou-se indispensável que fosse construída uma via de acesso que permitisse a ligação à E.R. 9-2ª Sul.


Assim, de modo a que seja possível haver uma melhor concordância na intersecção dos diferentes troços, concluiu-se que a melhor solução seria substituir a atual intersecção por uma rotunda com 4 ramos: via de acesso à E.R. 9-2ª norte, via de acesso à E.R. 8-2ª, via de ligação à E.R. 9-2ª sul e via de acesso ao parque de estacionamento já existente.

Dado os condicionamentos afetos ao projeto de renovação do hotel, tornou-se necessário também considerar uma via que entronca na via de ligação à E.R. 9-2ª Sul, de modo a garantir o acesso ao futuro hotel.

Quanto à geometria da rotunda, concluiu-se que a melhor opção seria uma geometria quase oval, a Norte e a Sul com um raio de 40 metros, e a nascente e poente com um raio de 20 metros. Será também construído um muro de suporte na rotunda com uma altura máxima de 2 metros, no km 0+140 que terá continuidade no ramo E.R. 9-2ª (Sul).

Para que a rotunda ficasse melhor integrada, concluiu-se que a melhor opção seria baixar as cotas da rotunda, ficando esta em escavação, na quase na totalidade da sua extensão.

A construção da ligação da rotunda à E.R. 9-2ª Sul envolverá uma considerável movimentação de terras, dado que atualmente existe um grande desnível entre os dois pontos a ligar. A sua extensão será de aproximadamente 300 metros. Nesta ligação será necessário a construção de um muro de suporte, com uma altura de 2 metros, cujo desenvolvimento será desde o km 0+260 e o km 0+300, de modo a estabilizar o talude resultante da nova construção.

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	--

Planta

Rotunda

Foi construída uma rotunda, com 4 ramos, com uma geometria aproximadamente oval, a norte e a sul com um raio de 40 metros, e a nascente e poente com um raio de 20. A extensão total da sua diretriz será de 148,613 metros.

Via de acesso à E.R. 9-2ª Norte

A diretriz da via de acesso à E.R. 9-2ª norte, inicia-se com uma curva circular à direita, com um raio de 25 metros, seguida por um alinhamento reto com uma extensão de cerca de 20 metros, terminando no km 0+033,778, no ponto de encontro com a diretriz existente.

Via de acesso à E.R. 8-2ª

A diretriz da via de acesso à E.R. 8-2ª é composto por 3 alinhamentos retos e duas curvas circulares. O troço começa com um alinhamento reto com uma extensão de cerca de 9 metros, iniciando-se de seguida uma curva circular à esquerda com um raio de 50 metros. O troço continua com um alinhamento reto nos 60 metros seguintes até ao km 0+094,335, a partir do qual se inicia uma curva circular à direita com um raio de 125 metros. Segue-se um pequeno alinhamento reto com uma extensão de cerca de 4 metros, terminando o troço em estudo no km 0+141,577.


Via de ligação à E.R. 9-2ª Sul

A diretriz da via de ligação entre a E.R. 9-2ª sul e a rotunda, tem início na E.R. 9-2ª sul, com um alinhamento reto com uma extensão de cerca de 30 metros. Ao km 0+030,651 inicia-se uma curva circular à esquerda, com um raio de 200 metros e curvas de transição com parâmetros $A=80$. Segue-se um alinhamento reto com uma extensão de 68 metros, e ao km 0+198,337 inicia-se uma curva circular à esquerda com raio de 100 metros e curvas de transição com parâmetros $A=45$. Depois dessa curva o troço desenvolve-se em alinhamento reto, até terminar no km 0+303,196, ponto de ligação com a rotunda.

Via de Ligação

Entre o km 0+100 e o km 0+150 da via de ligação à E.R. 9-2ª sul, será construída uma via de acesso ao hotel destinada aos seus utentes.

A diretriz desta via de acesso inicia-se com um alinhamento reto de cerca de 14 metros. Ao km 0+014,613 inicia-se uma curva circular à direita com um raio de 18 metros, seguida de uma contracurva com um raio de 47 metros. A partir daqui a diretriz é

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	--

constituída por um alinhamento reto que se desenvolve numa extensão de cerca de 10 metros até ao km 0+083,613, ponto de encontro com a diretriz existente.

Perfil Longitudinal

Rotunda:

A rasante apresenta três traineis e duas curvas verticais de concordância.

Via de acesso à E.R. 9-2ª Norte

A rasante apresenta uma curva vertical convexa e um trainel.

Via de acesso à E.R. 8-2ª

A rasante apresenta uma curva vertical concava, uma curva vertical convexa e dois trainéis.

Via de ligação à E.R. 9-2ª Sul

A rasante apresenta dois traineis e duas curvas de concordância.

Via de acesso ao hotel

A rasante apresenta três traineis e duas curvas verticais de concordância.


Perfil Transversal

Rotunda

- Berma esquerda com 1 metro de largura;
- Faixa de rodagem com 6 metros de largura;
- Berma direita com 2 metros de largura

Vias de acesso à Rotunda

- Valeta com 0,65 metros de largura;
- Vias de Circulação com 6,00 metros de largura (2 x 3 metros) + Sobrelargura;
- Valeta com 0,65 metros de largura.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	--

Drenagem

Valetas

Nas vias de acesso, a recolha e condução de águas escorridas da plataforma, taludes de escavação e áreas adjacentes foram efetuadas por intermédio de valetas revestidas a betão, de perfil em V, com 0,60 m de abertura

Independentemente do método construtivo adotado, as valetas foram ser assentes sobre uma camada de tout-venant ou bagacinas, com uma espessura mínima de 0,20 m, tomando-se os cuidados necessários no acabamento da plataforma junto ao local onde se inseriam, de modo a evitar que as águas que escorressem dos terrenos vizinhos provocando o seu descalçamento.

Caixas de Visita

Foram previstas caixas de visita para realizar a recolha das valetas e do dreno, bem como a inspeção e, eventualmente, a desobstrução dos coletores.

De acordo com o indicado nos desenhos de pormenor, as caixas de visita foram executadas em elementos pré-fabricados de betão (aros, cone e base), com o diâmetro mínimo de 1,00 m.

As tampas são constituídas por grelhas em ferro fundido, da classe de resistência D400.

Coletores

Para os novos coletores a executar considerou-se tubagem de betão e o diâmetro mínimo de 0,60 m, por facilidade de desobstrução e limpeza.


A tubagem existente foi cuidadosamente removida e reposicionada às novas cotas.

Os tubos deverão ser assentes numa cama de areia ou bagacinas, com uma espessura mínima de 0,10 m. O assentamento efetuar-se-á em alinhamento reto.

Sobre a tubagem, deverá ser colocada uma camada de proteção em terreno cirandado, com uma espessura mínima de 0,30 m.

A ligação da tubagem entre si e com os restantes elementos foi efetuada com argamassa de cimento.

As cotas de soleira a que os coletores deverão ser assentes, encontram-se indicadas no desenho de implantação, sendo as cotas indicadas, as da geratriz interna inferior.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

Bocas de saída

Os coletores descarregam em bocas de saída em betão armado.

A estas bocas ficaram associadas proteções em enrocamento com diâmetro mínimo de esfera equivalente 0,20 m, rematadas por um elemento em betão, conforme indicado nas peças desenhadas.

Pavimentação

Estrutura do Pavimento

Camadas	Espessura (m)	Sm (MPa)	v
Camada de desgaste em betão betuminoso	0,05	3400	0,35
Camada de regularização em macadame betuminoso	0,10	4100	0,35
Camada de base em agregado britado de granulometria extensa	0,20	200	0,40
Fundação	-	100	0,45


Sinalização e Equipamento de Segurança

Estão previstos dois tipos de sinalização:

- A sinalização horizontal que consta, fundamentalmente, de marcas rodoviárias longitudinais, contínuas e descontínuas, marcas transversais nas zonas de encontro de vias e setas de seleção.
- A sinalização vertical compreende os sinais de perigo, prescrição absoluta, de informação e setas direcionais.
- O equipamento de segurança constituído pelos equipamentos de guiamento e balizagem

Sinalização Horizontal

A sinalização horizontal, conforme referido anteriormente, consta de um conjunto de marcas rodoviárias, em pintura branca refletorizada, do tipo longitudinal, transversal ou outra, adequadas às características do projeto.

	<p align="center"> “CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO” ILHA DE S. MIGUEL AÇORES </p>
--	---

Linhas longitudinais

Contínuas

As linhas contínuas desempenham as seguintes funções:

- Delimitação da faixa de rodagem da E.R. 9-2ª no Portal do Vento. A sua nomenclatura no projeto será (G);
- Separação absoluta de vias numa única faixa de rodagem com sentidos opostos de circulação. A sua nomenclatura no projeto será (LBC).

Descontínuas

- Ao eixo da via de modo a permitir as viragens à esquerda no entroncamento (linha mista);
- No extradorso da curva, com o objetivo de guiamento (LBT).

Marcas Transversais

Barras de Paragem

Existem barras de paragem nos locais de paragem obrigatória associadas à inscrição e ao sinal de código de STOP. A largura destas barras é de 0.60 metros.

Outras Marcas

Raias Oblíquas Paralelas

As características da pintura efetuadas nas zonas mortas designada por raias oblíquas paralelas, foram as indicadas na Planta de Pormenor.


Inscrições STOP

As inscrições STOP no entroncamento, estão com uma altura de 1.60 metro, conforme se poderá verificar na Planta de Pormenor

Sinalização Vertical

Foram adotados os critérios que constam da "Norma de Sinalização Vertical de Orientação" da ex-JAE., tendo a localização das setas direcionais sido fixada de modo a garantir a sua visibilidade e legibilidade.

Todos os sinais são refletorizados, estando os materiais e técnicas utilizadas na pintura e refletorização a garantir a retroflexão a uma distância não inferior a 200 metros.

	<p align="center"> “CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO” ILHA DE S. MIGUEL AÇORES </p>
--	---

Sinais verticais de código

Por comodidade, estão designados por sinais verticais de código os que vêm prescritos e pormenorizados na Legislação Portuguesa, nomeadamente os sinais de perigo, os de prescrição absoluta e os de informação.

Dimensão, Inscrições e Localização

Os sinais circulares, têm o diâmetro de 70 cm enquanto os sinais triangulares e os quadrados têm o lado com 70 cm.

A implantação no perfil transversal das vias obedeceu às normas da ex-JAE em vigor, tal como se encontra na Planta de Sinalização.

A sua colocação foi feita de modo a que a base inferior do sinal se situe a uma altura de 1,50 metro do pavimento na E.R. 9-2ª no Portal do Vento

Características dos Sinais

Placas

As placas dos sinais de código são em chapa de ferro polido com a espessura de 1.80+0.20mm.

Implantação de sinais

A implantação dos sinais obedeceu à localização indicada nas peças desenhadas correspondentes e aos preceitos regulamentares.


Equipamentos de Guiamento e Balizagem

Marcadores

Os marcadores bidirecionais na E.R. 9-2ª no Portal do Vento que foram colocados sobre a linha axial.

Baias Direcionais Unitárias

A sinalização vertical habitualmente designada por “Chevron”, está no extradorso da curva de raio reduzido, de forma a alertar os utentes da via para a mudança de orientação que a via sofre nesta zona.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

3.2 - Projeto “Como Construído”

O Projeto “Como Construído” (“*As built*” na terminologia anglo-saxónica, e designado por vezes por “Telas Finais”) constitui um dos documentos mais importantes da Compilação Técnica, o qual servirá de referência para todas as intervenções posteriores à conclusão da obra.

Esse Projeto permite saber em qualquer momento durante a vida útil da obra o que foi realmente executado, incluindo a localização de eventuais condicionalismos (nomeadamente serviços afectados) que importa ter em consideração nas intervenções que possam interferir com esses condicionalismos.


Esse Projecto “Como Construído” é assim o resultado do projecto apresentado pelo dono da obra na fase de concurso (e eventualmente complementado no ato de consignação da obra), com todos os elementos exigidos à Entidade Executante/Adjudicatário no caderno de encargos e que este deverá cumprir.

O projeto apresentado pelo dono da obra na fase de concurso é constituído pelas peças escritas e desenhadas das quais anexará uma listagem a esta Compilação Técnica.

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá elaborar documento contendo uma lista organizada de todos os projetos, planos e estudos que forem elaborados após a assinatura do contrato para a execução da obra, nomeadamente:

- Peças complementares recebidas do dono da obra, quer no ato de consignação, quer durante a execução dos trabalhos;
- Variantes ao projeto apresentados pela Entidade Executante/Adjudicatário;
- Desenhos de construção e pormenores de execução elaborados pela Entidade Executante/Adjudicatário;
- ...

Todos os projetos, planos ou estudos deverão ser devidamente assinados pelos seus autores e acompanhados dos respetivos termos de responsabilidade, sempre que a Fiscalização o exija, nomeadamente, os que envolvam aspectos de segurança estrutural. Os elementos escritos deverão ser fornecidos em formato A4 e os desenhados deverão, sempre que possível e legível, ser fornecidos no mesmo formato ou em A3.

	<p align="center"> “CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO” ILHA DE S. MIGUEL AÇORES </p>
--	---

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará esse documento no anexo 6 com toda a informação referida devidamente organizada e contendo índices adequados no início.

3.3 - Condicionalismos Existentes no Local e Envolvente

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá elaborar até à receção provisória da obra, documento contendo a identificação de todos os condicionalismos existentes ou executados na área consignada à Entidade Executante/Adjudicatário e que permanecem após a conclusão dos trabalhos, nomeadamente serviços afetados, (enterrados e/ou aéreos).

Tal documento deverá, nos casos aplicáveis, ser acompanhado de plantas reduzidas (formato A4 ou A3, desde que legíveis, por áreas devidamente identificadas) abrangendo toda a área consignada à Entidade Executante/Adjudicatário, onde este registará esses condicionalismos existentes (serviços afetados, enterrados ou aéreos).


Identificam-se nomeadamente os seguintes condicionalismos que importa registar:

- Localização da obra, tendo em consideração as alterações que se verificarão no sistema viário;
- Desvios Provisórios de Tráfego;
- Tráfego de peões;
- Localização das áreas para o estaleiro da obra, que poderão dar origem a situações de risco particulares, quer para a execução dos trabalhos, quer para terceiros;
- Arruamentos intersectados pela nova via (a restabelecer);
- Circulação de transportes públicos;
- ...

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará esse documento no anexo 7 com toda a informação referida devidamente organizada e contendo índices adequados no início.

3.4 - Caracterização sumária do terreno

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá elaborar até à receção provisória da obra, documento contendo as principais características dos terrenos tendo por base os estudos geológicos e geotécnicos se elaborados e confirmados durante a execução dos trabalhos.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

Tal documento deverá, nos casos aplicáveis, ser acompanhado de plantas reduzidas (formato A4 ou A3, desde que legíveis, por áreas devidamente identificadas) abrangendo toda a área consignada à Entidade Executante/Adjudicatário, onde este inscreverá de forma resumida essas principais características, incluindo sempre que possível as respectivas tensões admissíveis desses terrenos que tenham sido determinadas. Nessas plantas deverão também ser assinalados os condicionalismos existentes (serviços afetados, enterrados ou aéreos).

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará esse documento no anexo 8 com toda a informação referida devidamente organizada e contendo índices adequados no início.


3.5 - Livro de Registo da Obra

A regulamentação de obras públicas obriga a Entidade Executante/Adjudicatário a expressamente organizar um registo da obra, em livro concebido para tal efeito, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pela fiscalização na data de assinatura do auto de consignação da obra, o qual conterá uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos. No início desse livro devem registar-se os elementos que a fiscalização determinar, nomeadamente os seguintes:

- Data de abertura das propostas;
- Data de assinatura do contrato;
- Valor de adjudicação;
- Data de início da obra;
- Prazo global e prazos parcelares de execução da obra;
- Data prevista de conclusão da obra.
- ...

Os factos a consignar obrigatoriamente no livro de registo da obra serão indicados no decurso da sua execução pela Fiscalização e, incluirão, nomeadamente:


- Datas de início e conclusão dos trabalhos mais importantes;
- Substituição dos planos de trabalhos, assinalando-se os desvios verificados relativamente ao plano anterior e as razões de tais desvios;
- Suspensões de trabalhos;

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

- Registo de trabalhos a mais da mesma espécie dos previstos e de espécie diferente, e os trabalhos a menos;
- Acidentes de trabalho ocorridos no decurso da execução da obra;
- Elementos entregues pela Fiscalização à Entidade Executante/Adjudicatário;
- Dificuldades surgidas no decorrer da obra;
- Esclarecimento de dúvidas na interpretação do projecto;
- Prorrogações dos prazos, globais e parcelares;
- Visitas efetuadas à obra por entidades oficiais;
- Casos de violação do cumprimento de quaisquer obrigações da Entidade Executante/Adjudicatário previstas neste caderno de encargos;
- Avarias de equipamentos que impeçam o desenvolvimento normal da obra;
- Ensaios de betões e outros materiais;
- Reuniões de obra;
- Outros acontecimentos importantes relacionados com a execução da obra.

O livro de registo de obra será rubricado pela fiscalização e pela Entidade Executante/Adjudicatário em todos os acontecimentos nele registados e ficará ao cuidado deste último, que o deverá apresentar sempre que solicitado pela primeira ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos (por exemplo, a Autoridade para as Condições de Trabalho - ACT).

A Entidade Executante/Adjudicatário, para além de entregar esse Livro de Registo de Obra ao dono da obra, integrará cópia de todas as páginas desse Livro no anexo 9, onde incluirá também os contratos (inicial e adicionais) elaborados com o dono da obra e ainda os autos de Recepção Provisória (da obra na sua globalidade e/ou parciais). À entidade responsável pela conservação / manutenção do produto construído competirá anexar ainda os autos de Recepção Definitiva (da obra na sua globalidade e/ou parciais).


	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

3.6 - Materiais aplicados com Riscos Especiais e Medidas Preventivas

A obra de “**Correção da E.R. 9-2ª no Portal do Vento**” – Ilha de S. Miguel - Açores”, inclui materiais com riscos especiais para a segurança e saúde na fase de utilização / exploração, que se identificam no quadro a seguir e onde se referem potenciais riscos e respetivas medidas preventivas.

LISTA NÃO EXAUSTIVA MATERIAIS APLICADOS COM RISCOS ESPECIAIS E MEDIDAS PREVENTIVAS			
N.º	Materiais	Riscos potenciais	Medidas preventivas
1	Cimentos	Dermatoses e Problemas Respiratórios	EPÍ's apropriados (luvas de protecção, aparelhos filtrantes antiaerossóis) e exposição reduzida ao material
2	Aditivos para argamassas	Dermatoses	EPÍ's apropriados (luvas de protecção)
3	Produtos Betuminosos	Queimaduras e Intoxicações	EPÍ's apropriados (calçado e vestuário de protecção, aparelhos anti-filtrantes anti-gases) e exposição reduzida ao material
4	Resinas Epoxy	Queimaduras, Intoxicações e Dermatoses	EPÍ's apropriados (calçado e vestuário de protecção, aparelhos anti-filtrantes anti-gases) e exposição reduzida ao material
5	Tintas e Solventes	Dermatoses e Problemas Respiratórios	EPÍ's apropriados (luvas de protecção, aparelhos filtrantes antiaerossóis) aplicação na posição de costas para o vento
6	Combustíveis	Queimaduras, Intoxicações, Dermatoses, Incêndio, Explosão, Poluição	EPÍ's apropriados (luvas de protecção, aparelhos filtrantes antiaerossóis) aplicação na posição de costas para o vento

Esta lista deverá ser objecto de análise pela Entidade Executante/Adjudicatário que a deverá complementar com outros que identifique e especificando as respetivas medidas preventivas, podendo também a Fiscalização e/ou o Coordenador de Segurança da Obra determinar em qualquer momento a inclusão de outros.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

A lista complementada nos termos referidos deverá ser arquivada pela Entidade Executante/Adjudicatário no anexo 10, juntamente com a eventual documentação técnica de suporte (especificações) dos cuidados a ter com esses materiais.


3.7 - Registos da Qualidade

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá constituir no decurso da obra registos da qualidade que devem ser mantidos para demonstrarem a conformidade dos trabalhos executados e materiais incorporados com as especificações do projeto, incluindo nomeadamente:

- Registos do Controlo de Receção de Materiais e Equipamentos incorporáveis na obra;
- Planos de Inspeção e Ensaio;
- Registos de Inspeção e Ensaio relevantes;
- Registos de Não Conformidades e Ações Corretivas;
- Último Registo de Controlo de Equipamentos de Inspeção, Medição e Ensaio;
- Último relatório da auditoria da qualidade efectuado na obra;
- Certificados de garantia de materiais e de elementos de construção;
- ...
- Outros documentos que a Fiscalização vier a determinar no decurso da execução dos trabalhos.

Relativamente aos Registos de Inspeção e Ensaio, consideram-se em particular relevantes os resultados de ensaios realizados durante a execução da obra de acordo com o caderno de encargos, nomeadamente:

- ensaios de compactação;
- ensaios de betões de cimento;
- ensaios de betões betuminosos;
- ensaios do sistema de drenagem;
- ensaios de carga do terreno;
- ensaios de carga das estruturas construídas;
- ensaios de resistência de guarda-corpos e guardas de segurança;

	<p align="center"> “CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO” ILHA DE S. MIGUEL AÇORES </p>
--	---

— ...

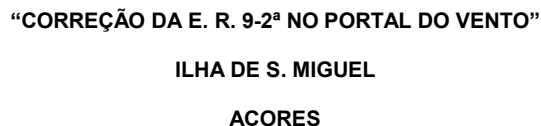
A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará esse documento no anexo 11 com toda a informação referida devidamente organizada e contendo índices adequados no início.

3.8 - Registos da Segurança e Saúde no Trabalho

A Entidade Executante/Adjudicatário deverá constituir no decurso da obra uma lista de registos da segurança e saúde no trabalho, incluindo nomeadamente:

- Declaração de entrega do PSS pela Entidade Executante/Adjudicatário ao Dono da Obra;
- Última Comunicação Prévia;
- Último Quadro de Registo de Apólices de Seguro de Acidentes de Trabalho;
- Último Quadro de Controlo Geral de Equipamentos de Apoio;
- Última Ata da Comissão de Segurança e Saúde da Obra efetuada;
- Último Quadro de Registo de Acidentes de Trabalho e Índices de Sinistralidade;
- Última Monitorização do Plano de Segurança e Saúde da Empreitada;
- Último Relatório da Auditoria Interna da Segurança e Saúde no Trabalho efetuada;
- ...
- Outros Documentos que a Fiscalização e/ou o Coordenador de Segurança da Obra vierem a determinar no decurso da execução dos trabalhos.

A Entidade Executante/Adjudicatário arquivará essa lista e respetivos registos da segurança e saúde no trabalho acima referidos no anexo 12.




As ações a empreender nas intervenções posteriores à conclusão da obra de **“Correção da E.R. 9-2ª no Portal do Vento” – Ilha de S. Miguel – Açores**, para a segurança dos respectivos trabalhadores devem ser objecto de planeamento prévio que resultará na preparação de um conjunto de planos e procedimentos específicos.

Esses planos e procedimentos específicos deverão ser anexados ao presente documento, pretendendo-se constituir um conjunto de informação que poderá vir a ser utilizado em intervenções posteriores do mesmo tipo.

4.1 - Plano de Monitorização Periódica

O *Plano de Monitorização Periódica* pretende identificar as verificações / observações a efectuar durante a vida útil do produto construído tendo em conta periodicidade definidas e registar os resultados do controlo, utilizando-se para tal o modelo S23, incluído no anexo 1 deste documento, que a seguir se apresenta. Todas as fichas deverão ser numeradas sequencialmente (Posição indicada na ficha com *Número*) e arquivadas sobrepondo as mais recentes às mais antigas. Na posição indicada por *Número de página / Total de páginas* deverá inscrever-se essas indicações para cada controlo efectuado.

[illegible]

	<p align="center"> “CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO” ILHA DE S. MIGUEL AÇORES </p>
--	---

Na utilização sistemática desta ficha, dever-se-á ter em conta o seguinte:

Último controlo.: Posição destinada a registar a data em que foi efetuado o último controlo geral da obra em causa.

Próximo controlo.: Posição destinada a registar a data em que irá ser efetuado o próximo controlo geral da obra em causa.


Verificações/Observações: Relação das verificações / observações a efetuar para controlar o estado geral da obra em causa. O conjunto de verificações / observações deverá ser ordenado atendendo a uma sequência lógica.

Documentos de referência: Para cada verificação / observação a efectuar na coluna anterior, registar-se-ão, sempre que aplicável, os documentos de apoio. Estes documentos podem ser um Procedimento específico elaborado para o efeito, regulamentos, normas (nacionais, europeias, internacionais), especificações técnicas (gerais ou referenciadas no Projeto), documentos de homologação, bibliografia técnica, entre outros.

Periodicidade: Posição destinada ao registo da periodicidade com que deve ser efectuada cada verificação / observação.

Controlo: Para cada verificação / observação deverá registar-se a sua conformidade ou não com as especificações constantes dos documentos de referência indicados. No caso de ser observada uma conformidade, assinala-se essa situação com uma cruz (x) na coluna (*Conf.*). Caso contrário, inscreve-se o número da não conformidade na coluna “N.º NC”. Neste último caso será então aberta uma ficha de não conformidade seguindo-se o procedimento referido no ponto a seguir. Em qualquer dos casos, o responsável pelo controlo e verificação em causa deve assinar / rubricar na coluna reservada para o efeito e inscrever a data respectiva. Tratando-se de grupos de verificações / observações efectuadas pela mesma pessoa ou equipa numa mesma data poder-se-á assinar/rubricar e datar apenas na primeira e última posições colocando aspas (") nas posições intermédias.

Preparado por: Zona destinada a ser rubricada e datada pela pessoa responsável pela preparação da ficha em causa.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

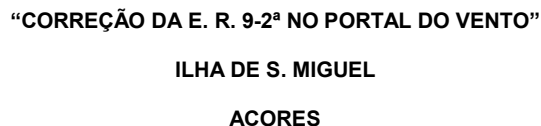
Verificado por: Zona destinada a ser rubricada e datada pelo responsável definido pela entidade a quem compete a conservação/manutenção da obra.

Aprovado por: Zona destinada a ser rubricada e datada pelo responsável definido pela entidade a quem compete a conservação/manutenção da obra.

Durante a fase de elaboração do projecto, identificaram-se já algumas situações que deverão ser objecto de verificação / observação durante a vida útil da obra e que a seguir se apresentam:

- Observação, conservação e manutenção dos pavimentos;
- Observação, conservação e manutenção do sistema de drenagem das plataformas rodoviárias;
- Observação, conservação e manutenção dos taludes;
- Observação, conservação e manutenção do equipamento de sinalização horizontal e vertical;
- Observação, conservação e manutenção do equipamento de segurança da estrada;
- Observação, conservação e manutenção dos muros;
- Observação, conservação e manutenção da rede de iluminação;
- Observação, conservação e manutenção das áreas ajardinadas.

		PLANO DE MONITORIZAÇÃO PERIÓDICA				Número _/_	Página _/_
						Obra:	
				Último controlo: _/_/			
				Próximo controlo: _/_/			
Refª	Verificações / Observações	Documentos de referência	Periodicidade	Controlo			
				Conf	Nº NC	Assinatura	Data
							//
							//
							//
							//
							//
							//
							//
							//
							//
							//
							//
							//
							//
							//
							//
							//
							//
							//
							//
Preparado por: _/_/		Verificado por: _/_/		Aprovado por: _/_/			




Após a conclusão da obra e durante a vida da obra, o responsável pela conservação / manutenção do produto construído deverá arquivar no mesmo anexo, cópia de todas as fichas elaboradas e registos de verificação/observação efectuados.

Nas intervenções de conservação/manutenção do produto construído utilizar-se-ão equipamentos para a observação e/ou monitorização, sendo necessário garantir a fiabilidade desse equipamento e naturalmente o seu bom estado de funcionamento.

[illegible]

pág. 40/72

	<p align="center"> “CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO” ILHA DE S. MIGUEL AÇORES </p>
--	---

Todas as fichas de Registo de Controlo de Equipamentos de Apoio deverão ser numeradas sequencialmente (Posição indicada na ficha com *Número*) e arquivadas sobrepondo as mais recentes às mais antigas. Na posição indicada por *Número de página/Total de páginas* deverá inscrever-se essas indicações para cada controlo efectuado. Nos casos em que uma dada situação não é aplicável deve assinalar-se em “NA”.

A indicação sobre a Certificação Acústica deve ser aferida tendo em conta o disposto no Decreto-Lei n.º 292/2000 de 14 de Novembro.


Sempre que um equipamento, não tenha a revisão em dia, não esteja calibrado ou aferido, ou caso seja observada qualquer anomalia grave no todo ou em algum dos seus componentes, deverão ser tomadas as medidas necessárias para evitar a utilização desse equipamento, através da sua imobilização, remoção do local de utilização, caso possível, ou colocação sobre esse equipamento em local bem visível, de um autocolante com a inscrição a vermelho de “AVARIADO” ou outra indicação equivalente. Nestes casos, deverá ser aberta uma ficha de Não-conformidade, utilizando-se o modelo S25 incluído no anexo 1 deste documento e inscrevendo-se o número dessa não conformidade na posição “*Não Conf. N.º*” prevista para o efeito na ficha de registo de Controlo de Equipamentos de Apoio.

O responsável pela conservação/manutenção da obra deverá promover o *Controlo dos Equipamentos de Apoio* com a periodicidade estabelecida caso a caso, aprovando os registos efectuados na posição reservada para o efeito.

Esse responsável deverá arquivar os Registos dos controlos efectuados no anexo 14.

4.3 - Registo de não conformidades e ações corretivas / preventivas

Na utilização corrente das fichas de Monitorização Periódica e de Controlo do Equipamento de Apoio, poderão ocorrer situações de não conformidade, conforme se referiu, devendo tais casos ser objeto de uma ficha por cada situação de não conformidade que requeira uma ação correctiva e/ou preventiva, registando-se tal em cópias do modelo S25, incluído no anexo 1 deste documento, que a seguir se apresenta.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

Todas as fichas deverão ser numeradas sequencialmente (Posição indicada na ficha com *Número*) e arquivadas sobrepondo as mais recentes às mais antigas. Na posição indicada por *Número de página/Total de páginas* deverá inscrever-se essas indicações para cada controlo efectuado.

REGISTO DE NÃO CONFORMIDADE E AÇÕES CORRECTIVAS E PREVENTIVAS		Número	Página
Empreitada:		Código:	
Dono da Obra:	Fiscalização:		
Projectista:	Empreiteiro:		
Descrição da não conformidade:			
Localização:		Documentos de referência:	
Descrito por: ____/____/____		Verificado por: ____/____/____	
Descrição das ações: <input type="checkbox"/> correctivas <input type="checkbox"/> preventivas		<input type="checkbox"/> Aceite a ação proposta <input type="checkbox"/> Aceite nas condições em anexo <input type="checkbox"/> Rejeitado <input type="checkbox"/> _____	
Correção até: ____/____/____	Proposto por: ____/____/____	Aprovado por: ____/____/____	
Execução das ações correctivas / preventivas:			
Executado por: ____/____/____	Controlado por: ____/____/____	Verificado por: ____/____/____	Aprovado por: ____/____/____

Mod. SI 7 - Registo Não Conformidades.doc - 2002-02-04

Na utilização sistemática desta ficha, dever-se-á ter em conta o seguinte:


Descrição da não-conformidade: Zona destinada à descrição da não-conformidade. Essa descrição deverá ser sucinta, precisa e clara de forma a não haver dúvidas sobre a sua interpretação.

Descrição das ações corretivas ou preventivas: Zona destinada à descrição das ações corretivas ou preventivas a implementar para corrigir a não conformidade, devendo ser indicada a data até à qual as ações descritas devem ser implementadas.

Execução das ações corretivas/preventivas: Zona destinada a confirmar a execução das ações realizadas.

Durante a vida útil da obra, o responsável pela conservação/manutenção deverá, nomeadamente:

- Identificar e descrever as não-conformidades.
- Propor e submeter à aprovação as ações corretivas/preventivas a executar.
- Promover dentro do prazo definido as ações corretivas/preventivas.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	--

- Verificar a eficácia das ações implementadas.
- Analisar as causas das não conformidades.
- Providenciar a implementação de ações para eliminar as causas reais e/ou potenciais das não conformidades.

Os *Registos de Não-conformidade e Ações Corretivas e Preventivas* deverão ser arquivados no anexo 15.

4.4 - Formação e Informação de Pessoal designado pelo Dono da Obra

Sempre que esteja previsto no caderno de encargos ou no projeto, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá assegurar a formação e informação adequada ao pessoal designado pelo dono da obra a quem competirá a conservação/manutenção da obra e, em particular, tratando-se de equipamento instalado.

O *Plano de Formação e Informação* poderá incluir ações de diversos tipos, nomeadamente:

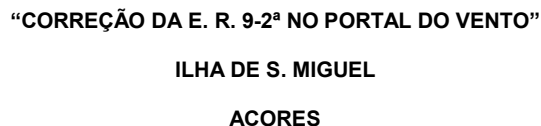
- afixação nos locais adequados de informações gerais sobre o equipamento, realçando aspectos essenciais;
- proporcionar a formação específica definida no caderno de encargos.

Todas as acções do âmbito da Formação e Informação devem ser registadas, incluindo nomeadamente, registos de presenças, tema abordado, duração, etc.


A Entidade Executante/Adjudicatário incluirá no anexo 16 todos os documentos desenvolvidos no âmbito da *Formação e Informação*, nomeadamente calendarizações de ações, assim como os registos comprovativos da realização das mesmas.

4.5 - Registo de Acidentes de Trabalho

Sempre que ocorra um acidente de trabalho nas intervenções de conservação/manutenção da obra, para além das participações legais, deve ser efectuado um relatório de investigação registando-se todas as informações relevantes que permitam uma análise detalhada desse acidente.

[illegible]

- a) Consideram-se todos os acidentes declarados às Companhias de Seguros;
- b) No caso de acidente envolvendo mais do que um trabalhador, o número de acidentes de trabalho são tantos quantos os sinistrados.
- c) Na contagem do número de dias de trabalho perdidos não se considera o dia da ocorrência do acidente nem o do regresso ao trabalho.
- d) Tratando-se de acidentes de trabalho ocorridos com trabalhadores de subcontratados ou prestadores de serviço nas intervenções de conservação e/ou manutenção, no número de dias perdidos serão contabilizados todos os dias de trabalho até ao final do contrato desse subcontratado (ou sucessiva cadeia de subcontratação) ou desse prestador de serviço. Em qualquer dos casos, o limite para a contagem do número de dias de trabalho perdidos termina na data prevista de conclusão do trabalho.

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	--

4.6 - Plano de Emergência e Evacuação

Em todas as intervenções de conservação / manutenção deverá sempre prever-se um adequado Plano de Emergência e Evacuação, estabelecendo as medidas a aplicar em caso de acidente, o qual deve incluir, nomeadamente, o seguinte:

- Afixação (ou disponibilização) no local dos trabalhos de lista de telefones de emergência, nomeadamente Bombeiros, Polícia, Hospital, entidades concessionárias de serviços afetados, Serviços Camarários, Proteção Civil, ...
- Meios adequados à intervenção para os primeiros socorros;
- Identificação da pessoa com formação em prestação de primeiros socorros (socorristas do trabalho) e respectivos meios disponibilizados a este para rápida comunicação;
- Devem evitar-se trabalhadores isolados, sendo as equipas de trabalho constituídas no mínimo por 2 trabalhadores;
- Caminhos e sinalização adequada de acesso a todas as zonas de trabalhos para evacuação de sinistrados e de todo o pessoal da intervenção em caso de ocorrência de catástrofe (por exemplo, incêndio, explosão, inundação).


Os documentos preparados no âmbito do *Plano de Emergência e Evacuação* serão arquivados no anexo 18.

4.7 - Plano de Acesso e Sinalização Temporária

Nas intervenções de conservação / manutenção do produto construído, o acesso com ou sem permanência prolongada dos trabalhadores a elementos da obra pode e deve exigir cuidados especiais de segurança que importa identificar, determinando-se as respetivas medidas de prevenção.

Na obra em causa identificam-se desde já algumas situações em que tal se verifica, exigindo medidas adequadas, nomeadamente as seguintes:

- Pavimentação;
- Manutenção e limpeza das redes de drenagem;
- Manutenção e substituição das Vedações;

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

- Manutenção e substituição da Iluminação;
- Manutenção e substituição da Sinalização;

Tratando-se de intervenções na via pública (por ex. para reparação e/ou substituição de juntas de dilatação) mantendo a circulação rodoviária, será elaborado um adequado Plano de Sinalização Temporária com base no Decreto Regulamentar nº 22-A/98 de 1 de Outubro, (Regulamento de Sinalização do Trânsito), o qual será incluído no anexo 19 do presente documento.

4.8 - Conservação / Manutenção da Sinalização permanente

A obra em causa dispõe de diversos equipamentos de sinalização que importa manter (substituição, fixação, pintura) e rever periodicamente a sua adequação à via onde se insere.


Relativamente ao equipamento colocado nas bermas, essas intervenções serão efectuadas recorrendo a sinalização temporária cujo Plano será elaborado previamente. Tratando-se de equipamento de sinalização colocado em pórticos sobre as vias de circulação de viaturas públicas será elaborado um plano de intervenção específico, o qual será incluído no anexo 20 do presente documento.

4.9 - Plano de Conservação / Manutenção da Rede de Drenagem

Para um estado de conservação do equipamento será essencial um adequado estado de conservação/manutenção de toda a rede de drenagem que o constitui.

Na medida em que a infra-estrutura em causa possui diversos elementos enterrados que precisam de ser frequentemente verificados quanto ao seu estado de degradação e obstrução para além da inevitável substituição aquando da sua rotura será elaborado um plano de intervenção específico, o qual será incluído no anexo 21.


As intervenções feitas no sistema da drenagem, que se encontra na via de circulação terão, que ser antecedidas da prévia apresentação de um plano de intervenção que inclua para além de todos os aspetos relacionados com a segurança dos trabalhadores na execução propriamente dita da atividade, um *Plano de Sinalização Temporário* a incluir no anexo 21.

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	--


4.10 - Plano de Conservação / Manutenção do Pavimento

Na realização da manutenção do pavimento e tratando-se de intervenções prolongadas, dado tratar-se de uma obra (de reabilitação) a aceção da legislação em vigor sobre segurança e saúde no trabalho, será naturalmente elaborado um Plano de Segurança e Saúde específico que deverá ser anexado a este documento no Anexo 22.

Caso o tipo de trabalho seja o de uma simples reparação do pavimento num local pontual, sem que para isso estejam envolvidos meios humanos e mecânicos significativos elaborar-se-á um simples Plano onde se evidencie essencialmente as medidas preventivas para evitar o risco de atropelamento e a sinalização temporária utilizada para identificação do local de trabalhos aos automobilistas utentes do empreendimento, o Plano de Conservação/ Manutenção do Pavimento será anexado igualmente no anexo 22.


	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	--

Apêndice

	<p align="center">“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p align="center">ILHA DE S. MIGUEL</p> <p align="center">AÇORES</p>
--	---

LISTA DE ANEXOS


ANEXO N.º	DESCRIÇÃO
1	Lista e Modelos de Fichas
2	Receção da CT pela Entidade Executante/Adjudicatário; Registo de Distribuição da CT
3	Alterações a cláusulas da CT
4	Controlo de Assinaturas e Rubricas
5	Ficha de Realização da Obra
6	Projeto “Como Construído”
7	Condicionalismos Existentes no Local e Envolvente
8	Caracterização Sumária do Terreno
9	Livro de Registo de Obra
10	Materiais Aplicados com Riscos Especiais e Medidas Preventivas
11	Registos da Qualidade
12	Registos da Segurança e Saúde no Trabalho
13	Plano de Monitorização Periódica
14	Controlo de Equipamentos de Apoio
15	Registos de Não Conformidade e Ações Corretivas / Preventivas
16	Registos da Formação e Informação do pessoal designado pelo dono da obra
17	Registo de Acidentes de Trabalho, Relatórios de Investigação e Participações às Seguradoras
18	Plano de Emergência e Evacuação
19	Plano de Acesso e Sinalização Temporária
20	Plano de Conservação / Manutenção da Sinalização permanente
21	Plano de Conservação / Manutenção da Rede de Drenagem
22	Plano de Conservação / Manutenção do Pavimento
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	--

LISTA DE ANEXOS (CONT.)


ANEXO N.º	DESCRIÇÃO
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

NOTA: A Entidade Executante/Adjudicatário deverá constituir os anexos referidos nesta lista, seguindo o modelo do anexo 1 já constituído, integrando neles todos os elementos que constituirão as adaptações/complementos resultante da implementação do preconizado nesta CT. Todos os anexos que contenham mais do que um registo, deverá a Entidade Executante/Adjudicatário elaborar um índice que colocará no início do respectivo anexo.

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	--


Anexo 1

LISTA E MODELOS DE FICHAS

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 2

RECEÇÃO DA CT PELA ENTIDADE EXECUTANTE/ADJUDICATÁRIO REGISTO DE DISTRIBUIÇÃO DA CT

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 3

ALTERAÇÃO A CLÁUSULAS DA CT

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 4

CONTROLO DE ASSINATURAS E RUBRICAS

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 5

FICHA DE REALIZAÇÃO DA OBRA

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 6

PROJETO “COMO CONSTRUÍDO”

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 7

CONDICIONALISMOS EXISTENTES NO LOCAL E ENVOLVENTE

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 8

CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO TERRENO

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 9

LIVRO DE REGISTO DE OBRA

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 10

MATERIAIS APLICADOS COM RISCOS ESPECIAIS E MEDIDAS PREVENTIVAS

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 11

REGISTOS DE QUALIDADE

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 12

REGISTOS DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 13

PLANO DE MONITORIZAÇÃO PERIÓDICA

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 14

CONTROLO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 15

REGISTOS DE NÃO CONFORMIDADE E AÇÕES CORRETIVAS/PREVENTIVAS

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 16

REGISTOS DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DO PESSOAL DESIGNADO PELO DONO DE OBRA

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 17

REGISTO DE ACIDENTES DE TRABALHO, RELATÓRIOS DE INVESTIGAÇÃO E PARTICIPAÇÕES ÀS SEGURADORAS

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 18

PLANO DE EMERGÊNCIA E EVACUAÇÃO

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 19

PLANO DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---


Anexo 20

PLANO DE SINALIZAÇÃO PERMANENTE

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---

Anexo 21

PLANO DE CONSERVAÇÃO / MANUTENÇÃO DA REDE DE DRENAGEM

	<p>“CORREÇÃO DA E. R. 9-2ª NO PORTAL DO VENTO”</p> <p>ILHA DE S. MIGUEL</p> <p>AÇORES</p>
--	---

Anexo 22

PLANO DE CONSERVAÇÃO / MANUTENÇÃO DO PAVIMENTO